



**Município de Sines – Concurso Público para aquisição do serviço de vigilância para o Festival Músicas Mundo e Tasquinhas 2022 – Processo N.º 2022/300.10.005/570**

## **ANEXO I**



Alvará n.º 123 Alineas a) b) c)



## **ANEXO I – Declaração**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro com as respetivas alterações]

1 – Rui Miguel da Rocha Suavinha, titular do cartão de cidadão n.º 09749872, residente na Avenida da Igreja n.º 3709, Pessegueiro – Vale e Pedro Miguel Almeida Meira, titular do cartão de cidadão n.º 10771765, residente na Rua das Ribeirinhas, n.º 424, Vilar de Andorinho – Vila Nova de Gaia, na qualidade de representantes legais de Ronsecur, Rondas e Segurança, S.A., pessoa coletiva n.º 507 011 724, com sede na rua do Outeiro, n.º 1243, Lj. F, Edif. dos Carvalhinhos, Lugar da Mota, 4525-140, Canedo, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do Procedimento de Concurso Público para aquisição do serviço de vigilância para o Festival Músicas Mundo e Tasquinhas 2022 – Processo N.º 2022/300.10.005/570 e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declaram, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2- Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

a) Proposta de preço;

b) Outros documentos solicitados no Programa de Concurso e/ou Caderno de Encargos;

c) Outros documentos de relevância operativa;

3- Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4- Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito

grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízos da participação á entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6- Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido código.

7- O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação á entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Santa Maria da Feira, 15 de Junho de 2022

Assinatura:



**ronsecur**  
RONSECUR S.A.  
Alvará N.º 123 Alíneas a) b) c)  
NIF: 507 011 724  
A Administração